

O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA PARA PESSOAS SURDAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Rosana Aparecida Mandelli¹
Bianca Della Nina²
Jhenyfer Caroliny de Almeida³

RESUMO: O objetivo deste trabalho é compreender a importância do ensino da língua inglesa para pessoas surdas, incluindo-as desta forma no âmbito social, dando-lhes a oportunidade de desenvolver seu aprendizado, aperfeiçoar suas habilidades e ampliar seus contatos com novos conceitos e cultura de outros países. Falamos sobre a vinda deste idioma para o Brasil e sua implementação dentro dos currículos escolares. Em adição, descrevemos algumas características da surdez e sua influência no aprendizado de alunos não ouvintes, destacando também o trabalho do professor como principal agente nesta construção de conhecimentos, e quais recursos ele pode utilizar para transformar sua prática docente em uma realidade possível e plausível. Discutimos ainda sobre a utilização da LIBRAS como uma ferramenta facilitadora neste processo de aquisição de uma nova língua, e como o seu uso tem revolucionado e auxiliado pessoas portadoras de deficiência auditiva a terem acesso a uma educação de qualidade, no que diz respeito ao ensino da língua inglesa. Abordamos o papel da escola e do estado no processo de integração de alunos surdos dentro das escolas regulares de ensino, que tipo de atividades devem ser desenvolvidas, que métodos podem ser aplicados para que todos os alunos se beneficiem e tenham um desenvolvimento pleno e homogêneo, como a escola pode trabalhar estas questões se apoiando nas políticas públicas. Além disso, um dos pontos mais importantes deste projeto é como ele pode ser enriquecedor para nossa prática docente e crescimento pessoal.

Palavras Chaves: Não ouvintes. LIBRAS. Inclusão. Integração. Sociedade.

TEACHING THE ENGLISH LANGUAGE TO DEAF PEOPLE IN PUBLIC SCHOOLS

ABSTRACT: The goal of this work is to understand the importance of teaching the English language to deaf people, including them in the social sphere, giving them the opportunity to develop their learning, improve their skills and expand their contacts with new concepts and culture from other countries. We talk about the coming of this language to Brazil and its implementation within school curricula. In addition, we describe some characteristics of deafness and its influence on the learning of non-hearing students, also highlighting the teacher's work as the main agent in this construction of knowledge, and which resources he can use to transform his teaching practice into a possible and plausible reality. We also discussed the use of LIBRAS as a facilitating tool in this process of acquiring a new language, and how its use has revolutionized and helped people with hearing impairments to have access to quality education, with regard to teaching language. English language. We address the role of the school and the state in the process of integrating deaf students into regular schools, what types of activities should be developed, what methods can be applied so that all students benefit and have a full and homogeneous development, how the school can work on these issues based on public policies. Furthermore, one of the most important points of this project is how enriching it can be for our teaching practice and personal growth.

Keywords: Non-listeners. POUNDS. Inclusion. Integration. Society.

¹ Licenciada em Pedagogia e Letras Inglês, Centro de Cultura Anglo Americana (CCAA), professora e coordenadora pedagógica. E-mail: rosanamandelli03@gmail.com

² Licenciada em Letras Português/Inglês e mestra em Tecnologia Educacional, Universidade Estácio de Sá, professora de língua inglesa e portuguesa. E-mail: bianca.nina@docente.estacio.br

³ Especialista em Educação Infantil e Psicopedagogia, prefeitura municipal de Carlos Barbosa/RS, auxiliar de educação. E-mail: jhenyfer.caroliny@outlook.com.

INTRODUÇÃO

Discutir o ensino da língua inglesa para pessoas surdas é uma temática que gera grandes questionamentos, pois as instituições de ensino no Brasil ainda carecem de propostas eficientes que viabilizem essa perspectiva. Em razão disto, o principal enfoque deste trabalho é dialogar sobre a importância da aquisição de um idioma estrangeiro por pessoas surdas dentro das escolas públicas, tentando desta forma compreender como é o processo do ensino e aprendizagem direcionados a estes indivíduos, levando em conta sua complexidade associada à incapacidade auditiva.

Dentro desta premissa, buscamos também apresentar possíveis recursos que facilitem o aprendizado do idioma estrangeiro para deficientes auditivos, em uma tentativa de auxiliar o professor em sua necessidade de encontrar formas eficientes para dinamizar seu trabalho, e tornar o aprendizado da língua inglesa significativo a alunos não ouvintes.

Desejamos também enfatizar o papel dos educadores, escola e estado neste processo de aquisição de construção de conhecimento, relacionados aos desafios que por ventura podem surgir em sala de aula, dificultando o o trabalho docente e a assimilação de conteúdos por parte destes alunos

Portanto, este estudo parte do princípio que alunos com algum grau de surdez devem ter as mesmas oportunidades de aprendizado de uma língua estrangeira que os alunos ouvintes; por essa razão, tentaremos levar o leitor a refletir sobre a necessidade de mudança no ambiente educacional e das políticas públicas, a fim de que haja uma integração geral de todas as esferas da educação envolvidas neste processo.

Para tanto, estudaremos várias teoria baseadas em revisões bibliográficas extraídas de revistas, dissertações, periódicos e outras literaturas fundamentadas em autores da área da educação que nos darão um alicerce sólido para fomentar esta pesquisa, nos fornecendo instrumentos indispensáveis que nos levem a encontrar respostas importantes e viáveis para nossas indagações, que estão relacionadas aos desafios e obstáculos que devemos superar para tornar o ensino da língua inglesa possível e prazerosa para alunos não ouvintes, enriquecendo desta forma nossa prática diária como educadores.

Esperamos que ao fim desta jornada possamos compreender os benefícios que uma língua estrangeira pode oferecer a alunos surdos, tornando-os indivíduos autônomos e agentes de sua própria construção de conhecimento, e que isso nos incentive cada vez mais a buscar por novos caminhos que nos façam repensar o papel do professor dentro das instituições de ensino, auxiliando em nosso crescimento como profissionais e construtores de um ambiente educacional autêntico e globalizado.

1 A HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

A história da língua inglesa se iniciou no Brasil por volta de 1530, quando um inglês chamado William Hawkins, cuja função era traficar negros, veio ao Brasil pela costa brasileira, dando início ao primeiro contato entre os lusitanos e nativos. Após esta visita, muitos outros estrangeiros vieram em busca do bem mais preciso da época, o pau-brasil, e assim o nosso país se tornou um atrativo para muitos bretões que desejavam usufruir de nossas riquezas, criando seu próprio monopólio comercial.

Por volta de 1654, o Brasil e a Inglaterra começaram a estreitar seus laços após a Inglaterra impor um tratado a colônia portuguesa, reservando a marinha britânica o direito de negociar suas mercadorias com outros países, minando assim o domínio português da

época no Brasil e fortificando suas transações comerciais. Mas foi somente no início do século XIX, por meio de um bloqueio continental decretado à Inglaterra que o Brasil intensificou seu relacionamento com este país, pois com a mudança da corte portuguesa para o território brasileiro por motivos comerciais, os ingleses sendo seus principais aliados, firmaram o seu poder econômico e se tornaram uma grande influência em muitos aspectos da vida brasileira.

Segundo Chaves (2004) existe uma grande possibilidade de que os primeiros professores de língua inglesa no Brasil tenham iniciado seus trabalhos nesse período, e o ensino do idioma em caráter formal foi decretado por Dom João VI em 22 de junho de 1809, incluindo também o idioma francês no currículo escolar da época, e devido a grande demanda de que a língua inglesa fosse difundida e usada como meio de comunicação para expandir os negócios entre Brasil e nações estrangeiras, e em especial com a Inglaterra, o Padre francês Jean Joyce foi nomeado por Dom João oficialmente como professor de inglês, fortalecendo as raízes do idioma em terras brasileiras e criando uma ponte entre ambas as línguas, portuguesa e inglesa, facilitando as transações comerciais com vários países do mundo.

Em 1889, após a proclamação da República, viu-se a necessidade de transformar esse cenário em um sistema voltado para o setor acadêmico, priorizando o idioma inglês como passaporte principal para o ingresso em cursos superiores, mas foi na década de 30 sob o Governo de Getúlio Vargas, que a língua inglesa ganhou grande importância no Brasil devido às tensões políticas causadas pela Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Shultz (1999) a língua inglesa tornou-se uma necessidade estratégica para combater o poderio alemão devido à imigração deste ocorrida durante o século anterior. A Inglaterra que antes ocupava a primeira posição no comércio exterior, perde seu espaço para o capital americano que começa a conquistar um grande poder econômico e a promover investimentos diretos em atividades lucrativas no Brasil.

Após esse período, o ensino da língua inglesa passou por grandes mudanças, e embora tenha sido vista como caráter indispensável em muitos setores políticos e comerciais, foi somente em 1996, quando a nova LDB foi publicada é que este idioma começou a se fortalecer no Brasil. Esta lei, após modificar o 1º e 2º graus para Ensino Fundamental e Médio, enfatiza a importância do ensino da Língua Estrangeira no Ensino Fundamental e a torna obrigatória no Ensino Médio. Com os PCNs de 1998, a Língua Estrangeira passa a ter um caráter mais sócio-interacional e cultural, dando-se mais importância ao seu aspecto oral por meio de leituras direcionadas.

Embora durante esse período, a Língua estrangeira tenha sido vista como fundamental ao currículo escolar da época, a falta de uma metodologia que pudesse suprir as necessidades de um ensino de qualidade direcionada para este fim, foi um dos grandes problemas encontrados tanto em escolas particulares quanto públicas. Como uma alternativa, cursos comerciais começaram a surgir, priorizando o ensino didático e de qualidade para Línguas estrangeiras, não seguindo um sistema curricular promovido por um professor, sendo portanto de caráter próprio.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

A língua inglesa começou a ser introduzida nos currículos nacionais de ensino no século XIX, e desde então tem mostrado o quanto o seu papel é importante para a formação social e cultural de cada indivíduo em todos os setores da sociedade.

O primeiro método utilizado nessa época foi o da Gramática-tradução, também

conhecido como método clássico cuja finalidade é trabalhar as habilidades relacionadas com a leitura e escrita, utilizando-se de tradução para compreensão de textos e gramática, e as aulas são ministradas na língua materna.

Após esse período, outros métodos foram surgindo como o Método Direto em 1931 cujas orientações eram conduzidas somente em inglês, e seu conteúdo tinha um teor cotidiano, trabalhando a gramática por meio do método de indução, e a fala por meio de conversação e compreensão oral. (RICHARD e RODGERS, 1986).

Com o surgimento dos PCN's em 1999, a importância do ensino da língua inglesa foi aos poucos ganhando força e seus benefícios dentro das escolas foi enfatizado. "A importância do inglês no mundo contemporâneo, pelos motivos de natureza político-econômica, não deixa dúvida sobre a necessidade de aprendê-lo." (PCN's, 1998)

A prioridade de se aprender a língua inglesa tem se estendido a outros âmbitos sociais além do escolar, pois devido a Globalização, portas se abriram para vários segmentos profissionais e sociais. Com a propagação da Internet, ampliou-se a comunicação entre países, negócios são fechados diariamente e as redes sociais como facebook, e-mails e mensagens instantâneas têm intensificado a necessidade de aprimorar o uso do idioma.

Se analisarmos o quanto a língua inglesa se tornou parte do nosso dia-a-dia, entenderemos que estudá-la é hoje uma prioridade, pois não só nos faz crescer intelectual e socialmente, mas também nos torna capazes de compreender a realidade de maneira diversificada, nos faz ter contato com novas culturas que em comparação com a nossa podem ampliar nossos horizontes, diversificando nossos objetivos e traçando novos caminhos pelos quais as portas do conhecimento se abrirão, e nos darão ferramentas para alcançar progresso pessoal e um futuro profissional de sucesso.

De acordo com Lima (2009) ao estudar uma língua estrangeira, o aluno adquire conhecimento a cerca de costumes e aspectos de vida diferentes da sua, o que o leva a refletir sobre as inúmeras peculiaridades que diferenciam sua língua materna de outros idiomas. Dessa forma, a inserção da língua inglesa nos currículos escolares é a melhor maneira de apresentar ao aluno uma visão ampla do mundo e seus diferentes povos, e assim enriquecer seu vocabulário com novas expressões lexicais e informações culturais, levando-o a estabelecer uma relação concreta com o meio ambiente que o cerca e todas as suas variedades.

2 A HISTÓRIA DOS SURDOS

No início da história, os surdos eram completamente discriminados, sofrendo segregações e muitas vezes perdiam o direito de viver por serem considerados diferentes das comunidades ouvintes. Viviam à margem da sociedade e eram vistos como inferiores e incapazes, eram desprezados e ignorados pela sociedade que preferia relegá-los ao esquecimento até mesmo das próprias famílias.

Perlin (2004) retrata bem esta realidade em suas palavras: "As narrativas surdas constantes à luz do dia estão cheias de exclusão, de opressão, de estereótipos". Assim, a realidade dos surdos durante esse período era sombria e triste, e somente ocorreu certa mudança no século XVI, quando alguns educadores começaram a enxergar a necessidade de desenvolverem trabalhos direcionados à população surda, defendendo uma filosofia de que os surdos deveriam ter o direito de se expressar de maneira condizente com sua realidade e por meio de uma linguagem própria e natural.

À vista disso, vários educadores iniciaram seus trabalhos com pessoas surdas de maneira independente e diversa em muitos lugares da Europa. Tais educadores se incumbiam

da tarefa de provar a capacidade de aprendizagem dos surdos, e para tanto, utilizavam a língua de sinais e alfabeto manual e em algumas regiões podia-se encontrar professores surdos (STROBEL, 2006).

O primeiro educador de surdos foi John Beverley em 700 D.C., e depois dele, Pedro Ponce de Leon, um monge beneditino nascido na Espanha em 1520, que desenvolveu um trabalho com os filhos surdos de nobres e também criou o alfabeto manual, fundando em Madri a primeira escola para surdos, ficando conhecido até hoje como o pai da educação para surdos. (MOURA; LODI; HARRISON, 1997).

Seguindo este trabalho, outros educadores de surdos surgiram como Juan Pablo Bonet que escreveu sobre diferentes métodos de ensinar surdos baseados no alfabeto manual de Leon cuja principal característica era a prática oral, desprezando o gestual. Segundo Jannuzi (2004) Bonet publicou a linguagem visível em forma de alfabeto visual em 1620, em um livro chamado *Reddución de las letras y arte de enseñar a hablar a los surdos*, e nele podemos encontrar vários métodos de como auxiliar alunos não ouvintes a aprender a prática da emissão dos sons. O primeiro médico a desenvolver um método de comunicação com os surdos foi John Bulwer que acreditava na linguagem gestual como prioritária na educação de pessoas surdas, fato este extremamente explorado em seus livros, e em meados do século XVI encontramos outro médico, Gerolamo Cardano, cuja filosofia tinha como essencial a escrita como representante dos sons da fala ou dos pensamentos.

A estes pioneiros da educação de surdos vários outros surgiram como John Wallis que desenvolveu o ensino da escrita onde explorava os gestos na comunicação, e por isso, escreveu o livro *Da fala ou da Formação dos sons da fala* em 1698, e este trabalho iniciou as pesquisas do desenvolvimento oral e deu início a fonoaudiologia nos dias de hoje. George Dalgarno criou a dactiologia, e Konrah Amman defendia a leitura labial como essencial no aprendizado dos surdos, embora não acreditasse na eficácia da linguagem gestual, sua metodologia utilizava os gestos para adquirir a oralidade (SOARES, 1999).

Outro grande educador, Charles Michel de L'Epée, acreditava na importância dos gestos na vida dos surdos, e por isso desenvolveu uma filosofia manualista e oralista que deu origem à palavra gestualismo.

Lacerda afirma que na opinião de L'Epée:

(...) a linguagem de sinais é concebida como a língua natural dos surdos e como veículo adequado para desenvolver o pensamento e sua comunicação. Para ele, o domínio de uma língua, oral ou gestual, é concebido como um instrumento para o sucesso de seus objetivos e não como um fim em si mesmo. Ele tinha clara a diferença entre a linguagem e fala e a necessidade de um desenvolvimento pleno de linguagem para o desenvolvimento normal dos sujeitos (LACERDA, 1998).

Ainda podemos citar Thomas Braidwood como fundador de uma escola para surdos em Edimburgo, onde a correção da fala era realizada. Samuel Heinicke que desenvolveu as bases da filosofia do oralismo. Jacob Rodrigues Pereira que por ter uma irmã surda deu início a educação de surdos na França em 1744, e Roch-Ambroise Cucurron Sicard, abade francês que fundou a Escola de Surdos de Bordeus, em 1782 (JANNUZI, 2004).

Quanto à forma de comunicação dos surdos nesse período, podemos dizer que o gestualismo ou método francês e o oralismo ou método alemão eram duas formas de comunicação utilizadas pelos surdos no continente europeu, onde existiam algumas pessoas ilustres da época como o inventor do telefone, Alexander Graham Bell, que acreditavam que o oralismo deveria ser extensivamente praticado ao invés da língua de sinais. (KOJIMA E SEGALA, 2003). Então, em um congresso realizado em 1872 na cidade de Veneza, algumas

decisões foram tomadas no sentido de modificar esta realidade. Este congresso enfatizava que a linguagem oral era o meio humano de comunicação, e que só por meio dela os surdos atingiriam um completo desenvolvimento do intelecto, da moral e da linguística (PASTORAL DOS SURDOS, 2006).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, outro Congresso que durou três dias realizado em Milão em 1880, contando com a participação de vários países, no total de 182 pessoas em sua maioria ouvintes, também defendeu o uso da linguagem oral, pois acreditavam que a linguagem gestual afetaria negativamente a fala, a leitura labial e a clareza de conceitos. Dessa forma, todos os surdos deveriam ter direito à educação, utilizando o método intuitivo que começa pela fala e depois avança para a escrita, iniciando com crianças de 8 a 10 anos que deveriam permanecer na escola por no mínimo de 7 a 8 anos.

No Brasil imperial, o educador francês Hernest Hue, portador de surdez congênita, fundou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, em 1857, tornando-se o Instituto Nacional da educação de Surdos (INES) em 6 de julho de 1957, determinado pela lei 3198. As disciplinas ensinadas no Instituto contavam com Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios (REIS, 1992).

Em meados de 1875, Flausino José da Gama, um antigo aluno do Instituto, publicou o livro Iconografia dos Sinais dos surdos, em uma tentativa de popularizar este método de comunicação entre comunidades não ouvintes. Em seguida, no ano de 1915 a comunidade surda fundou a World Federation of the Deaf, dando um importante passo no cenário nacional. Assim de 1923 a 19129 a Associação Brasileira de Surdos é criada, defendendo a educação dos surdos pela língua de sinais.

Contudo, no ano de 1951 ocorreu a regulamentação do ensino do Curso Normal de Professores para Surdos-Mudos, promulgados pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Tal decreto determinava que:

(...) as atividades do INSM deverão se irradiar por todo o território nacional, a fim de cumprimento ao que se preceitua o item V do art.1 decreto número 26974, de 28 de julho de 1949, precitado, isto é, promover em todo o país a alfabetização dos surdos-mudos e orientar, tecnicamente, esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres, estaduais ou locais (SOUZA, 2014).

Apesar de todos os esforços de se inserir a língua de sinais como meio de comunicação dos surdos, o oralismo ainda permaneceu por um longo tempo como principal agente da educação deles. Foi só no ano de 1971, durante o Congresso Mundial de Surdos que a língua de sinais passou a ser vista como um fator essencial no aprendizado de pessoas surdas, iniciando assim um período de mudanças positivas na abordagem de ensino direcionado a elas (KOZLOWSKI, 2000).

A regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) somente aconteceu em 20 de abril de 2002, sancionada pela lei 10.436. Esta Lei reconhece a relevância desta linguagem para pessoas surdas, pois sua estrutura oferece base sólida para uma comunicação eficiente e facilita o aprendizado destes indivíduos, o que foi um grande ganho para a educação, levando-se em conta todas as dificuldades que permearam a história dos surdos até então, e ter um código linguístico único que represente sua comunidade é com certeza um fator importante a se considerar.

2.1 CONCEITOS SOBRE SURDEZ E SUAS CARACTERÍSTICAS

Segundo Campos (2014), a pessoa surda pode ser definida como aquela que entende o mundo por meio de estímulos visuais, utilizando a língua de sinais como forma de comunicação de modo a adquirir um desenvolvimento cognitivo, social e cultural pleno.

As causas da surdez são inúmeras, podem ocorrer durante o pré-natal, Peri-natal ou pós-natal. O período pré-natal se constitui no momento gestacional quando o feto pode adquirir doenças durante a gestação como rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus, e por isso, suas causas são denominadas genéticas ou hereditárias. No Peri-natal as causas ocorrem no momento do parto e estão relacionadas com partos prematuros, anóxia cerebral e uso inadequado de fórceps. No período pós-natal a surdez pode ocorrer devido às doenças adquiridas durante toda a vida do indivíduo, e pode ser provocada por infecções bacterianas como encefalite e meningite; traumas (crânio encefálico); virais (caxumba, meningite e sarampo), ou mesmo por ruídos, icterícia ou hiperbilirrubina e baixo peso, além de outros fatores como avanço da idade e acidentes que afetem os órgãos auditivos principais.

Além disso, os graus de surdez podem ser identificados como normal, leve, moderado, severo e profundo, pode ser unilateral se ocorre somente em um ouvido e bilateral quando ocorre em ambos os ouvidos, e a surdez ainda pode ser classificada como condutiva, neurossensorial ou mista (SANTOS, LIMA e ROSSI, 2003).

O importante é que em todos os casos um diagnóstico rápido e preciso pode auxiliar no tratamento das causas da surdez, a fim de que o problema seja minimizado e a qualidade de vida seja garantida da melhor forma possível, pois de acordo com o INES (2003), um diagnóstico tardio põe em risco a integridade auditiva de pessoas com suspeita de doenças relacionadas à surdez, acarretando uma série de problemas que dificultariam a aplicação de tratamentos eficazes e seguros, por isso, é imprescindível que a opinião de um profissional seja consultada o quanto antes para que se encontrem alternativas que ofereçam resultados positivos para as causas do tipo de surdez encontrada, seja ela possível de cura ou não.

3 OS DESAFIOS DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA PARA SURDOS

Um dos maiores desafios da nova era é a inclusão de alunos portadores de deficiência nas escolas regulares e públicas de ensino, e proporcionar a eles melhores condições e aprendizagem adequada.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) escolas que possam oferecer recursos próprios e eficientes a pessoas deficientes são essenciais para que ações discriminatórias sejam erradicadas de nossa sociedade, proporcionando uma educação inclusiva e integradora para todos. Este mesmo documento destaca a necessidade de utilizar-se a Libras como modalidade de ensino para pessoas surdas, certificando-se que tenham todas as possibilidades de aprender as mesmas matérias que qualquer pessoa ouvinte, desenvolvendo desta forma todas as suas capacidades intelectuais e psíquicas.

O ensino de línguas estrangeiras para surdos, e, sobretudo a língua inglesa, constitui-se em uma tarefa que requer planejamento e estrutura, mas que não deve ser ignorada. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para Línguas Estrangeiras (BRASIL, 1998) o conhecimento de língua estrangeira torna-se primordial no que se refere à autonomia adquirida por pessoas não ouvintes quando entram em contato com um idioma diferente de sua língua materna, estimulando o seu interesse em desenvolver habilidades linguísticas que

favoreceriam sua comunicação com pessoas de outros países, seja ela por meio de redes sociais ou programas de intercâmbio.

Entretanto, os PCNS enfatizam que não é uma tarefa fácil, pois ainda carecemos de materiais adequados, as quantidades de horas de ensino não são suficientes e as salas são numerosas (PCN-LE, 1998). Então, a inclusão de pessoas surdas nas escolas é uma realidade que precisa ser repensada, a fim de que tais alunos não sejam prejudicados e consigam atingir os parâmetros de aprendizado almejados. Em virtude disso, uma reflexão sobre metodologias e acessibilidade se torna extremamente necessária para que se possa encontrar uma resposta plausível sobre qual seria a melhor abordagem para se trabalhar a língua inglesa com alunos surdos.

Outro fator a ser levado em conta é que a maneira como o aluno não ouvinte aprende uma língua estrangeira difere da pessoa ouvinte, então a busca por uma pronúncia correta, reproduzindo diálogos e assim construindo conhecimentos linguísticos do idioma deve neste caso ser realizado de formas diversas. Por essa razão, a socialização entre alunos ouvintes e não ouvintes seria extremamente benéfica no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual de alunos surdos, pois a troca de experiências entre ambos os grupos seria uma maneira interessante de criar situações nas quais todos participariam, dinamizando seu aprendizado em contato com a língua inglesa.

Vygotsky (1998) apoia essa ideia ao dizer que o desenvolvimento de uma criança surge de duas maneiras, uma em âmbito social em sua comunicação com o outro, e a seguinte em nível individual, ou seja, interpsicológica (entre outros) e intrapsicológica (dentro da criança). Portanto, proporcionar condições nas quais eles possam fazer uso dos conhecimentos adquiridos em sala, e praticá-los no dia-a-dia interagindo com seus pares é uma forma de apresentar ao aluno não ouvinte desafios, que estimularão sua vontade de aprender e vencer os obstáculos que por ventura permearão sua jornada em rumo ao saber.

Dentro dessa visão, entendemos que o surdo necessita além de recursos apropriados que o leve a uma aprendizagem consistente, auxílio das interações sociais para que construa uma ponte de conhecimento e eleve sua potencialidade ao aprender uma segunda língua, tornando-se autônomo e formador ativo de opiniões.

Ensinar uma segunda língua para pessoas surdas é um desafio constante, porque as escolas brasileiras apesar de a inclusão ser continuamente discutida, nem sempre estão preparadas para esta tarefa. Entretanto, devemos ter em mente que a surdez não prejudica a cognição, pois Grannier (2007) afirma que a habilidade cognitiva de aprender outras línguas se mantém intacta e perfeitamente disponível em pessoas surdas, sendo, portanto errôneo acreditar que elas possuam alguma incapacidade intelectual causada pela surdez, que as impediriam de aprender outro idioma de maneira plena.

Assim, criar recursos adaptáveis no sentido de facilitar o aprendizado destes indivíduos, levando em conta as capacidades que cada um possui, é um fator importante que deve ser analisado por educadores e instituições de ensino, pois a escola sendo um espaço onde o objetivo principal é criar mentes capazes de dialogar e interagir em seu meio é o melhor lugar para criar este ambiente favorável.

3.1 O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO APRENDIZADO DA LÍNGUA INGLESA PARA SURDOS

Nos primeiros anos de vida o meio de comunicação natural dos surdos é a gestual, mas ao serem incluídos em sociedade é necessário que aprendam a língua de sinais (LIBRAS) como primeira língua e o português como segunda língua na modalidade escrita. Assim, a

Libras também é utilizada para ensinar uma língua estrangeira aos surdos, baseado-se em estruturas linguísticas para leitura e escrita.

Porém, estudar outro idioma não é um processo fácil para pessoas com deficiência auditiva, pois segundo Gesser (2009) isso ocorre porque estes indivíduos não possuem conhecimento do som produzido quando a língua é oralizada, o que se torna um grande desafio, pois não reconhecem a realidade fônica acústica do idioma, sendo, portanto como um símbolo abstrato para eles. Mas isso não impossibilita o aprendizado de uma língua estrangeira, pois a fala não representa a escrita, portanto, o surdo tem a oportunidade de aprender por meio da utilização das letras, já que é a maneira como lhe é apresentado outro idioma (MARCUSCHI, 2010). Em adição, as faculdades cognitivas são estimuladas a partir de atividades que envolvam inclusão sociocultural, portanto, o desenvolvimento de pessoas não ouvintes nesta área as leva atingir um nível maior de conhecimento, o que muito se deve ao contato direto que elas possam ter com os estudos de estruturas de uma língua estrangeira.

Nesse caso, a utilização da LIBRAS no ensino e aprendizado de língua estrangeira por alunos com incapacidade auditiva agirá como base de apoio para agilizar a assimilação de conteúdo, potencializando suas capacidades intelectual e, facilitando a internalização de conteúdos. Por essa razão, professores de língua inglesa deveriam aprender a como utilizar essa modalidade linguística em suas aulas, o que muito auxiliaria em sua comunicação com alunos não ouvintes durante a prática do idioma em sala, e também favoreceria sua escolha de materiais didáticos apropriados que beneficiassem e promovessem atividades de interação diversas.

Discutir tais questões tem sido pauta constante em reuniões de cunho educacional, visto que o assunto inclusão ainda é um tópico que requer considerações importantes. Compreender os processos que envolvem o ensino da língua inglesa para surdos por meio da língua de sinais, é uma realidade que hoje tem aos poucos permeado as instituições de ensino público, muito embora a implementação deste recurso em salas de aula ainda seja complexa devido à falta de infraestrutura adequada, a sua viabilização traria muitos ganhos tanto para a escola quanto para os alunos que sofrem de incapacidade auditiva.

Sobre esse ponto de vista Klein ressalta que:

Importante, também, assinalar que as discussões sobre as línguas na educação dos surdos vêm se ampliando, a partir da oficialização da LIBRAS em nosso país e dos contextos de implementação da política nacional de inclusão. Comunidade surda e comunidade educativa envolvidas na educação de surdos vêm desenvolvendo discussões sobre esses temas, procurando definir estratégias de qualificação dos espaços educacionais. Visualiza-se um aumento significativo de projetos que apontam para a formação dos professores de surdos. (KLEIN, 2014).

Apesar de todos os pontos positivos em torno desta questão, a percepção sobre a maneira como o surdo entende o mundo ao seu redor ainda é bastante vaga para muitos profissionais da educação, que não conseguem reconhecer que a Língua de Sinais é um ponto determinante para que alunos surdos possam aprender uma língua estrangeira de maneira significativa. Quanto a isso, Rosa (2014) chama a nossa atenção para o fato de que antes de se pensar em iniciar e efetivar o ensino de língua inglesa para surdos é necessário que se tenha em mente a maneira como eles se expressam e interagem em sociedade, pois ao aprenderem uma língua estrangeira eles não precisam da oralidade para se comunicar, assim o principal fator a ser considerado é o da interação destes indivíduos com o ambiente do qual fazem parte.

Dessa forma, Rosa nos mostra a importância da língua inglesa e LIBRAS no contexto social dos surdos:

Pretende-se que os alunos acessem elementos básicos da língua inglesa e sejam capazes de ler e interpretar textos, gêneros textuais nessa língua. Para efetivar o processo de ensino-aprendizagem com esses surdos, é de suma importância criar ou apresentar um referencial mínimo de imagens que dialoguem e ampliem os textos a serem trabalhados. O intuito é cercar o aluno de suportes visuais e concretos que o auxiliem na compreensão do conteúdo e na interpretação de textos trabalhados, respeitando o fato dos surdos serem extremamente visuais em suas percepções, lembrando que a LIBRAS, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual. (ROSA, 2014).

Portanto, devemos compreender que o conhecimento do professor sobre a língua de sinais e a maneira como deve ser utilizada em sala para atender a alunos surdos é de grande relevância, pois garante a integração destes alunos nas aulas de línguas estrangeiras, tornando-os parte do processo de aquisição da língua (ROSA, 2014). Sendo assim, é fundamental que se compreenda que a LIBRAS é uma ferramenta poderosa e pode contribuir imensamente para que cada vez mais alunos não ouvintes possam aprender um idioma estrangeiro, e até mesmo tornar possível a assimilação e compreensão de estruturas linguísticas que abranjam conteúdos básicos aos mais complexos.

Dentro desta premissa, buscar novas formas de ensinar é um dos propósitos que devem permear o trabalho do educador, que por meio de recursos alternativos pode tornar o aprendizado bastante estimulante. No caso do aluno surdo, a utilização da língua de sinais é um fator determinante no que diz respeito ao aprendizado de uma língua estrangeira, libertando-o das amarras de suas limitações e colaborando para que ele adquira confiança e exercite sua autonomia, ampliando suas perspectivas de vida e facilitando sua aceitação como ser social.

3.2 O USO DE OUTROS RECURSOS NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA PARA SURDOS

Vivemos hoje na era da inclusão e por essa razão, muitos recursos têm sido adaptados para que pessoas com algum tipo de deficiência sejam integradas nas escolas, recebendo ensino adequado e de qualidade. No caso dos surdos podemos encontrar a tecnologia como uma das fontes destes recursos, pois se utilizam várias ferramentas que facilitam o aprendizado e, permitindo que os surdos se envolvam em atividades interativas e que dinamizem seu aprendizado em línguas estrangeiras. Assim, o ensino da língua inglesa mediado por novas tecnologias leva o aluno surdo a uma adaptação mais bem direcionada, estruturando as aquisições linguísticas de maneira que ele aprende sem encontrar as mesmas dificuldades com as quais se depararia sem o auxílio delas, além é claro de possibilitar sua comunicação com pessoas de outros países, o que seria de grande benefício para o seu desenvolvimento.

A internet é hoje considerada uma das grandes incentivadoras das interações sociais, proporcionando crescimento cultural e abrindo espaço para oportunidades diversas. Nesse contexto, Silva (2008) defende a tecnologia na educação, pois por meio dela o educador pode encontrar várias fontes úteis que o auxiliará na preparação de suas aulas como websites, vídeo, televisão, entre outros. Consequentemente, o uso do computador permite que o aluno não ouvinte adquira meios para conduzir sua aprendizagem da maneira que desejar, pois

poderá buscar nas inúmeras fontes oferecidas pela internet todo o tipo de informação que enriquecerá seus estudos em uma língua estrangeira.

De acordo com Silva (2008), a utilização de softwares que ofereçam exercícios, atividades de repetição e consulta, tornando a aprendizagem mais estimulante e fazendo com que alunos não ouvintes aprendam a desempenhar competências que permitiram que eles tenham domínio de sua área de estudo.

Assim, devido a sua versatilidade a internet acabou se tornando uma imensa fonte de conhecimento, apresentando oportunidades incríveis para o ensino-aprendizagem, disseminando todos os recursos possíveis e viabilizando comunicação entre pessoas de todo o mundo. Isso é um grande ganho para a educação tanto de pessoas ouvintes como não ouvintes, pois a realidade nos dias de hoje nos mostra que o mundo informatizado tem dado grandes passos rumo ao progresso educacional, promovendo assim a inclusão social.

Alem dos benefícios oferecidos pela tecnologia, existem outros recursos que podem ser explorados. O educador ao preparar suas aulas deve levar em conta que o surdo por ser basicamente visual necessitará de algum estímulo deste tipo para que o que está sendo estudado faça algum sentido para ele. Segundo Tavares (2014) todo o material didático utilizado pelo professor deve ser de cunho visual, pois isso irá compensar a falta da fala e da escuta por parte do aluno surdo. Portanto, a utilização de TV, vídeo e imagens podem colaborar com o professor ao transmitir significados e estruturas relacionadas com o idioma estrangeiro que está sendo ensinado.

Outro recurso bastante interessante, mas ainda pouco utilizado na educação de surdos é o signwriting que é constituído por um sistema de registro gráfico das línguas gestuais. De acordo com Stumpf (2007), esta modalidade de ensino representa a língua de sinais de um modo gráfico esquemático, e é caracterizado por um sistema de escrita alfabética representando unidades gestuais fundamentais. Assim, sua utilização seria de grande utilidade no ensino da língua inglesa para surdos, pois ele teria além da imagem a representação dos signos em uma linguagem familiar para eles.

Além do signwriting, existe ainda a American Sign Language (ASL) que em português quer dizer a Língua Americana de Sinais, e sua aquisição por alunos com incapacidade auditiva seria extremamente vantajosa para seus estudos de língua inglesa, o que facilitaria sua inclusão no contexto social de seu ambiente de convívio, e os aproximaria de alunos surdos nativos americanos, já que o alfabeto desta linguagem foi criada justamente por eles, e cuja troca de conhecimento seria certamente muito rica entre os estudantes dos dois países, além do que sua estrutura é muito semelhante à Língua Brasileira de Sinais.

A linguagem Americana de Sinais-ASL é uma linguagem visual que é manifestada pelo indivíduo surdo através de gestos, expressões faciais, movimentos da cabeça, linguagem corporal e até o espaço ao redor de outros falantes. Os sinais manuais são a base desta linguagem. (...) Muitos deles são icônicos, o que significa que o sinal usa uma imagem visual que se parece com o conceito que representa. As ações são normalmente representadas através de sinais manuais que imitam a ação que está sendo comunicada. (HOWSTUFFWORK, 2011).

Tal afirmação só confirma nossa opinião de que o aluno surdo só teria a ganhar caso aprendesse a Língua Americana de Sinais, pois estaria exercitando seu aprendizado de forma dinâmica e aprimorando o que aprendeu diretamente em contato com falantes nativos de língua inglesa, e assim estaria contando com fontes alternativas que auxiliariam positivamente na expansão de seu aprendizado, o que justificaria a adoção desse recurso pelas escolas se elas pudessem contar com estrutura e condições para isso, fato que com certeza transformaria as salas de aula em um ambiente acolhedor e culturalmente

democrático.

4 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA EM PROL DE ALUNOS SURDOS.

A formação de professores de língua estrangeira tem sido bastante discutida atualmente, principalmente em questões que envolvem educação inclusiva. No caso de alunos surdos essa necessidade se torna crucial, uma vez que a surdez é uma condição que demanda cuidados especiais para os quais o educador deve estar preparado dentro da sala de aula.

Embora as políticas públicas insistam constantemente na importância de profissionais bem estruturados para assumirem suas funções com eficiência dentro dos preceitos da educação inclusiva, ainda encontramos muitos professores que não possuem uma formação adequada para lidar com esta realidade tão complexa.

De acordo com Vitaliano (2007) as aulas ofertadas pelas maiorias das universidades na preparação de professores capazes de trabalhar com a modalidade inclusiva são insuficientes, e o apoio que o educador deveria encontrar dentro das escolas também é escasso, ficando a cargo do professor buscar melhorar sua prática sem o suporte do Estado.

A Declaração de Salamanca (1994) chama a nossa atenção para essa questão, afirmando que a preparação de professores deve ser um fator a ser discutido e planejado cuidadosamente, para que eles possam exercitar sua autonomia e praticar com segurança a adaptação do currículo e da instrução, a fim de que atendam as necessidades especiais dos alunos, colaborando com especialistas e promovendo cooperação entre todas as partes envolvidas neste processo. Assim, a prática docente exige que o professor esteja sempre atento aos avanços que de tempos em tempos permeiam a sociedade, para que ele possa adequar seus conhecimentos ao que demanda a Educação nos tempos atuais.

Ao se falar sobre o ensino da língua inglesa para alunos surdos, a principal dificuldade encontrada pelos professores são ambientes apropriados e materiais de qualidade, além de fontes alternativas que adaptem o educador à prática, a fim de permitir que alunos não ouvintes tenham o mesmo aproveitamento e desenvolvimento que os alunos ouvintes. Entretanto, encontrar uma didática que faça com que o aluno surdo possa aprender um idioma estrangeiro como a língua inglesa é outro obstáculo no qual o professor se esbarra, e muitas vezes não encontra uma alternativa que facilite a preparação das aulas, por essa razão, aprender LIBRAS seria uma ótima opção, pois além de ampliar seus horizontes, o educador estaria oferecendo aos alunos surdos a oportunidade de participar das aulas de maneira interativa.

Quanto a isso Perlin (2004) enfatiza que o aluno surdo depende exclusivamente do seu senso de visão para poder aprender e compreender o que está sendo ministrado pelo professor, portanto, a língua de sinais se torna uma ferramenta poderosa no que diz respeito à constituição da linguagem, e, conseqüentemente lhe dá a autonomia necessária para transformar a aprendizagem em conhecimento concreto e internalizado.

Nesse contexto, a responsabilidade do professor como mediador entre aluno e aquisição de linguagem se torna muito maior, pois ao desenvolver métodos que possam ajudá-lo a construir uma ponte que o leve a um nível mais elevado de aprendizado, o educador estará também proporcionando a si mesmo a oportunidade de crescer como profissional da educação, além de torná-lo mais consciente de sua prática docente, utilizando-a como uma forte aliada para seu desenvolvimento como ser social.

4.1 O PAPEL DA ESCOLA E DO ESTADO NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA PARA SURDOS

Oferecer um ambiente adequado que supra todas as necessidades dos alunos é sem dúvida uma das tarefas mais complexas realizadas pelas instituições de ensino, e quando se fala de alunos com necessidades especiais esta responsabilidade se multiplica, pois a escola tem que enfrentar problemas para os quais nem sempre está preparada, e ao se discutir tais questões também temos que levar em conta em quais concepções se baseiam as políticas públicas envolvidas neste cenário.

Alunos surdos que são inseridos em escolas públicas necessitam de assistências especiais, e ao estudarem uma língua estrangeira é importante que tenham a sua disposição recursos que disponibilizem acesso a diversas fontes de estudo, o que motivaria sua busca por conhecimentos cada vez mais variados. Para que isso aconteça é extremamente importante que as instituições de ensino vejam os surdos como indivíduos autônomos, que poderão e muito contribuir para o progresso social e intelectual de nosso país, e sua participação em ambientes escolares só reforça a ideia de que a interrelação entre grupos é a resposta para essa questão.

Sobre tal ponto de vista, Vygotsky (2003) acredita que ações humanas possam contribuir para a interação e a construção de conhecimento e por isso a transformação entre pares ocorre por meio das trocas realizadas entre um e outro. Dessa forma, a escola deve buscar compreender as dificuldades enfrentadas por alunos surdos em se adaptar a uma realidade que muitas vezes se torna um obstáculo para seu crescimento.

Desenvolver capacidades é um dos objetivos que a escola deve ter como meta principal para estes alunos que são constantemente discriminados e vistos como párias dentro de nossa sociedade, e mostrar a eles que são parte de um grupo social que valoriza seus esforços e suas conquistas, é uma tarefa a ser realizada diariamente. Sobre essa questão os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que o movimento mundial para educação inclusiva é permeada em ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, enfatizando a necessidade de integração entre todos os alunos que em conjunto aprendem e participam sem sofrerem nenhum tipo de discriminação, partindo do princípio que os direitos humanos devem ser pautados na igualdade de valores sociais, não havendo, portanto exclusão dentro ou fora da escola (BRASIL, 1998).

Por isso as instituições educacionais necessitam pautar suas ações em políticas que beneficiem alunos não ouvintes para que possam se sentir respeitados em seus direitos como cidadãos. Assim, seria de grande benefício oferecer aos professores de línguas estrangeiras cursos alternativos, que abram portas para atitudes inovadoras dentro da sala de aula como um recurso para sua transformação em um espaço heterogêneo e cultural.

A escola deve também tentar compreender qual é o real significado da aquisição de língua inglesa para pessoas surdas, como elas entendem sua importância e quais são suas concepções acerca de seu uso no dia-a-dia de cada um, e tentar mudar velhos paradigmas que ainda tendem a oferecer aos surdos um ensino tradicional, descontextualizado, sem relevância, aleatório que em nada favorece o aprendizado e a compreensão de conteúdos.

Sobre isso Coracini (2007) nos mostra que fomos criados dentro de uma ideologia que acredita que a aquisição de um idioma estrangeiro se limita apenas à assimilação de um número de formas linguísticas, direcionando tais conhecimentos ao nível em que o estudante ou a estudante se encontra, fazendo com que possam atingir um status de comunicação cada vez mais sofisticado. Portanto, romper com conceitos antigos e adaptar novas formas de ensinar devem ser outra questão sobre a qual a escola deve refletir. Buscar modificar suas ideias e trazer para dentro de infraestruturas educacionais novas técnicas é com certeza a melhor forma de representar o papel da educação na vida de alunos que sofrem de surdez,

pois desta maneira o ensino da língua inglesa servirá como um novo parâmetro cultural para estes alunos que lutam para conquistar seu espaço dentro de seu ambiente social.

Nesse cenário, o educador também deve repensar sua prática docente antes mesmo de aplicar novas tecnologias ou novos métodos em sala, pois se tratando de alunos surdos é necessária a adaptação dos recursos e materiais utilizados à realidade do aluno, portanto, é de suma importância dinamizar as aulas de maneira que todos possam participar e se integrar sem que haja nenhum espaço para a discriminação ou isolamento destes indivíduos. É dentro da escola que o aluno começa a se reconhecer como sujeito, e passa então a entender o seu papel dentro da sociedade, e qual é a função da escola em seu aprendizado e em sua construção como ser humano pensante e crítico.

De acordo com Frias (2010) adaptar conteúdos, modificar currículos, criar métodos de avaliação de alunos surdos, espaço físico que supra todas as necessidades destes alunos são pontos chaves que devem fazer parte do planejamento educacional das instituições, já que a inclusão é hoje um fator extensivamente defendido. Tais adaptações se apoiam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que reconhece o direito de alunos portadores de necessidades especial, neste caso aluno surdos, de receberem todo o apoio e readaptações de materiais didáticos e metodologias que objetivam facilitar seu aprendizado.

Por essa razão, trabalhar com alunos surdos em salas de aulas regulares requer um trabalho melhor estruturado que forneça a eles todos os tipos de auxílio necessário para que possam atingir os melhores resultados possíveis, e assim todo o conhecimento adquirido em situações reais de vida com certeza abrirão seus horizontes para um mundo totalmente globalizado. Assim, o aluno surdo passa perceber o mundo de maneira diferente do que ele conheceu até então e começa a vivenciar uma nova forma de se relacionar com pessoas, interagindo e participando de maneira dinâmica, superando limitações, adquirindo um aprendizado mais consistente e tornando-se enfim um cidadão do mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender uma língua estrangeira é com certeza uma grande experiência, pois além de trazer ganhos sociais e pessoais pode também proporcionar um crescimento individual incrível. Para pessoas surdas, o ato de aprender a língua inglesa pode levá-las a uma enorme satisfação, além de dar a elas a chance de se tornarem independentes, e conectá-las com um mundo rico de oportunidades e cultura que mostrarão a elas outras maneiras de vivenciar a realidade que as cerca. Entretanto, para que tais resultados positivos sejam possíveis é necessário que políticas públicas sejam revistas e reformuladas, pois não basta apenas inserir na mente de cada um o idealismo de direitos iguais para todos, é extremamente importante oferecer recursos para que isto aconteça e que discussões sejam realizadas, a fim de que todos trabalhem para um bem comum.

Em um tempo em que se fala tanto em inclusão, percebemos que muito ainda tem que ser feito para que esse direito seja conquistado dentro das instituições de ensino. Precisamos de profissionais preparados que adequem em sala de aula métodos de ensino que possam ser aplicados a todos os alunos, levando em conta suas complexidades. Em razão disso, ensinar uma língua estrangeira para alunos surdos não é só apresentá-la a eles, seguindo um planejamento padrão e esperar que aprendam da mesma maneira que alunos ouvintes. O professor precisa estar atento a cada atividade ministrada, e procurar trazer para a aula formas distintas de aplicá-las sem que o aluno surdo se sinta excluído e incapaz de realizar as tarefas propostas.

É lógico que proporcionar um ambiente escolar apto a receber alunos com necessidades especiais é também uma obrigação dos responsáveis pela implantação de leis na Educação Brasileira, pois de nada adianta profissionais preparados sem ao devido apoio do Estado. Assim, criar dentro das escolas um espaço onde se possam utilizar práticas educacionais apropriadas seria um caminho para fornecer uma educação igualitária.

Talvez a palavra chave para essa questão seja reinventar, jogar fora velhos padrões de ensino e estar aberto para novos conceitos, deixar de lado preconceitos que já não devem fazer parte de nossa realidade social, fazendo entrar em nossas mentes o verdadeiro advento da educação, democratizando nosso espaço pedagógico e entendendo que evoluir faz parte da natureza humana. Dessa forma, tanto alunos surdos quanto alunos ouvintes poderão compreender que a integração de todos é realmente necessária, e então, aprender uma língua estrangeira não será mais um fantasma a assombrar tantos sonhos, e sim uma oportunidade de desenvolver capacidades, conquistando a partir daí a liberdade de ir em busca de um futuro promissor cujo objetivo seja um ensino de qualidade ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

. Ministério da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais, códigos e suas tecnologias. Língua estrangeira moderna. Brasília, Mec, 1999, p. 49-63. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto 2018.

. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, 20 de Dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 6 de agosto de 2018.

. Lei Federal 10.436, 24 de Abril de 2002. Brasília, Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 7 agosto de 2018.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes. IN: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

CHAVES, Carla. O Ensino do Inglês como Língua Inglesa na Educação Infantil: para inglês ver ou para valer? Monografia. (Especialização em Educação Infantil), Departamento De Educação, PUC, Rio de Janeiro, 2004.

CORACINI, M.J. A Celebração do Outro: arquivo, memória e identidade (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2007.

CORDE, Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994.

FRIAS, E. M. A. Inclusão Escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do Ensino regular. Disponível em: <www.diadiadaeducação.pr.gov.br>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preceitos em torno da língua de sinais da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GRANNER, D. M. A jornada do surdo da creche a Universidade. IN: KLEIMAN, Angela B.; CAVALCANTI, Maria C. (Org.). Linguística aplicada: suas faces e interfaces. Campinas SP: Mercado de Letras, 2007.

HOWSTUFFWORK. O alfabeto da linguagem de sinais. Disponível em: <www.pessoas.hsw.uol.com.br/linguagem-dos-sinais>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

INES. Série Audiologia. Edição Revisada. Rio de Janeiro: INES, 2003.

JANNUZI, G. S. M. Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

KLEIN, M.; KARNOPP, L. B. Narrativas sobre o fazer. Docente em práticas de letramento com alunos surdos. GT: Educação Especial. Nº 15, 2014. Disponível em: <www.reuniao.asped.org.br>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Libras Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento. São Paulo: Escala, 2003.

KOZLOWSKI, L. A. Educação bilíngue-bicultural do surdo. IN: Lacerda, C. B; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus, 2000.

LACERDA, C. B. F. Um Pouco de História das Diferentes Abordagens na Educação de Surdos. Caderno CEDES, vol.19, nº 46, Campinas, 1998.

LIMA, D. C. Ensino e aprendizagem de língua inglesa – conversas com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARCUSCHI, L.A. Da fala para a escrita, atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P. História e Educação: o surdo, a oralidade, o uso dos sinais. IN: LOPES FILHO, O. D. C. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.

PASTORAL DOS SURDOS. História dos Surdos. Disponível em: <www.editoraararaazul.com.br>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

PERLIN, G. As Diferentes Entidades Surdas. Revista da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) Ano IV, n. 14, abril/junho de 2004.

REIS, V. P. F. A Criança Surda e Seu Mundo: O Estado da Arte, as Políticas e as Intervenções Necessárias, 1992. Dissertação (Mestrado e educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: UFES, 1992.

RICHARDS, J.; RODGERS, T. Approaches and Methods in language Teaching. New York: Cambridge University Press, 1986.

ROSA, L. V.; SANCHES, C. P.; FARIAS, M. E., et.al. Aprendizagem de Língua Estrangeira: um direito do aluno surdo. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014. Disponível em: <www.pucpr.br/eventoseducere>. Acesso em: 01 de setembro de 2018.

SANTOS, C.; LIMA, P; ROSSI, P. Surdez: Detecção e diagnóstico. In: SILVA, R. I.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, M. Z. (Org.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

SHULTZ, Ricardo. História da Língua Inglesa, 1999. Disponível em: www.sk.com.br
Acesso em: 5 agost 2018.

SILVA, C. M. R. Apropriação dos conhecimentos sobre integração de recursos tecnológicos pelos alunos do curso de Pedagogia. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

SOARES, M. A. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas: Autores associados, 1999.

SOUZA, S.; ALMEIDA, S. H. S. Leitura-Escrita em inglês com surdos: Uma Abordagem Dialógica. Revista Eventos Pedagógico. v. 5, n 1, p. 140-148, jan. 2014. Disponível em: www.sinop.unemat.br. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

STROBEL, K. L. A Visão Histórica da In (ex)clusão dos Surdos Nas Escolas. IN: Dossiê Grupo de Estudos e Subjetividades. ETD-Educação Temática Digital. Campinas, v. 7, p. 245-254, jun. 2006.

STUMPF, M. Aquisição da escrita da língua de sinais. Letras de hoje. v. 1., n.3, p. 373-381, 2007.

TAVARES, K. C. A.; OLIVEIRA, A. P. P. Libras no ensino do inglês mediado por novas tecnologias: desafios e possibilidades. v. 14, n. 4, p. 1045-1072. Belo Horizonte, abr. 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf . Acesso em: 10 de agosto de 2018.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de curso de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 2007.

VYGOSTKY, L. S. Pensamento e Linguagem. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOSTKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2003.